

**PROPOSTA**

*Agende-se*  
*lu h*

**Considerando que:**

1. O Município do Porto, através de medidas de intervenção, inclusão e apoio social, tem vindo a promover e a apoiar ações concertadas e articuladas com os diversos parceiros da rede social, no sentido de atuar sobre os fenómenos de pobreza e de exclusão social;
2. Importa reconhecer que a satisfação das necessidades habitacionais e de proteção social em matéria de habitação são fatores fundamentais para a coesão social;
3. As situações de carência habitacional continuam a fazer-se sentir de forma dramática para um número significativo de pessoas e de famílias, atendendo às dificuldades socioeconómicas, aliadas a fenómenos de desemprego e de precariedade económica;
4. Esta situação é ainda mais gravosa para as pessoas de idade avançada, que vivem em condições muito deficientes de conforto e até de salubridade, especialmente penalizadoras nas circunstâncias de fragilidade em que se encontram, face à ausência de recursos que lhes permitam alterar essa condição;
5. O Município do Porto dá já um muito significativo contributo para minorar as dificuldades de acesso a uma habitação digna por parte de muitos portuenses, gerindo um parque habitacional que ronda os 13.000 fogos, nos quais tem realizado um grande esforço de requalificação;
6. Não se revela possível nem adequado, também por limitações de ordem financeira, responder a todos estes problemas através da construção sistemática de novos empreendimentos de habitação destinada ao arrendamento social, designadamente através da repetição dos modelos que foram seguidos no Porto desde meados do século XX;
7. Não ignorando o agravamento das dificuldades das famílias, torna-se necessário implementar políticas públicas inovadoras e encontrar soluções que envolvam não apenas o Município e as empresas locais, mas também as Juntas de Freguesia, os proprietários privados, os arrendatários, as organizações associativas e outras sem fins lucrativos;

8. A coesão social é uma das prioridades fundamentais assumidas na ação política, quer pelo Executivo Municipal, quer pelo Executivo da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;

**Mais considerando que**

9. No exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos tem vindo a desenvolver ações que têm por objetivo promover a realização de obras de conservação emergentes em habitações localizadas na freguesia, quando os seus arrendatários ou proprietários demonstram a sua incapacidade económica para concretizar essa reabilitação por meios próprios;
10. Reconhecendo a relevância social desta iniciativa, o Município do Porto pretende continuar a associar-se à União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, apoiando a concretização do programa **"Casa Reparada, Vida Melhorada"**:
- a. Através da doação, por parte da Domus Social, E.M., de materiais de construção para a realização destas obras, até ao montante máximo de € 20.000,00 (vinte mil euros);
  - b. Através da isenção, por parte da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., do preço devido pela prestação do serviço de remoção dos resíduos de construção e demolição ou inertes decorrentes das obras realizadas ao abrigo deste programa, até ao montante máximo de € 5.000 (cinco mil euros).

**Considerando ainda que**

11. A intervenção da Domus Social, E.M., neste programa, já se encontra prevista no Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Mandato 2019-2021, celebrado entre esta empresa local e o Município;
12. A intervenção da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., neste programa, enquadra-se no Contrato de Gestão Delegada e nos correspondentes contratos-programa celebrados entre esta empresa e o Município.





**Assim,**

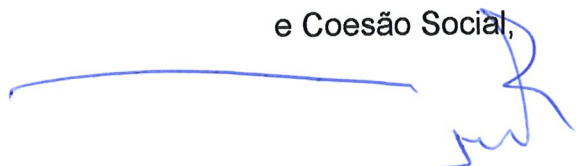
## PROPOMOS QUE

No exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal:

- a aprovação da celebração, pelo Município do Porto, do Contrato Interadministrativo cuja minuta aqui se anexa, através do qual se compromete a apoiar a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a promover o programa “Casa Reparada, Vida Melhorada”, através:
  - da doação, por parte da Domus Social, E.M., de materiais de construção para a realização das obras necessárias, até ao montante máximo de € 20.000,00 (vinte mil euros), valor este que já se encontra previsto no Contrato de Manutenção celebrado entre o Município e a Domus Social;
  - da isenção, por parte da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., do preço devido pela prestação do serviço de remoção dos resíduos de construção e demolição ou inertes decorrentes das obras realizadas ao abrigo deste programa, até ao montante máximo de € 5.000 (cinco mil euros).

Porto, 23 de dezembro de 2019.

O Vereador do Pelouro da Habitação  
e Coesão Social,



(Fernando Paulo)

O Vereador do Pelouro da Inovação  
e Ambiente,

(Filipe Araújo)



Visada



## **CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**

**Assunto: Aprovação da celebração de Protocolo - Programa "Casa Reparada, Vida Melhorada", com a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.  
NUD: 464217/2019/CMP**

**Deliberação: Aprovada, por unanimidade.**

**Reunião Pública do Executivo Municipal de 23 de dezembro de 2019.**

**O Diretor Municipal da Presidência**

  
**Adolfo Sousa**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Deliberação sobre a Aprovação da celebração de Protocolo - Programa "Casa Reparada, Vida Melhorada", com a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.  
NUD/464217/2019/CMP**

**Deliberação: Aprovada, por unanimidade.**

**Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 2020.**

**O Presidente**



**Miguel Pereira Leite**

**A 1.ª Secretária**

*Paula Paula Ribeiro de Faria*  
**Paula Ribeiro de Faria**

**O 2.º Secretário**



**José Seródio**

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**

### **Considerando que:**

- 1) O Município do Porto, através de medidas de intervenção, inclusão e apoio social, tem vindo a promover e a apoiar ações concertadas e articuladas com os diversos parceiros da rede social, no sentido de atuar sobre os fenómenos de pobreza e de exclusão social;
- 2) Importa reconhecer que a satisfação das necessidades habitacionais e de proteção social em matéria de habitação são fatores fundamentais para a coesão social;
- 3) As situações de carência habitacional continuam a fazer-se sentir de forma dramática para um número significativo de pessoas e de famílias, atendendo às dificuldades socioeconómicas, aliadas a fenómenos de desemprego e de precariedade económica;
- 4) Esta situação é ainda mais gravosa para as pessoas de idade avançada, que vivem em condições muito deficientes de conforto e até de salubridade, especialmente penalizadoras nas circunstâncias de fragilidade em que se encontram, face à ausência de recursos que lhes permitam alterar essa condição;
- 5) O Município do Porto dá já um muito significativo contributo para minorar as dificuldades de acesso a uma habitação digna por parte de muitos portuenses, gerindo um parque habitacional que ronda os 13.000 fogos, nos quais tem realizado um grande esforço de requalificação;
- 6) Não se revela possível nem adequado, também por limitações de ordem financeira, responder a todos estes problemas através da construção sistemática de novos empreendimentos de habitação destinada ao arrendamento social, designadamente através da repetição dos modelos que foram seguidos no Porto desde meados do século XX;
- 7) Não ignorando o agravamento das dificuldades das famílias, torna-se necessário implementar políticas públicas inovadoras e encontrar soluções que envolvam não apenas o Município e as empresas locais, mas também as Juntas de Freguesia, os proprietários privados, os arrendatários, as organizações associativas e outras sem fins lucrativos;
- 8) A coesão social é uma das prioridades fundamentais assumidas na ação política, quer pelo Executivo Municipal, quer pelo Executivo da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;

### **Mais considerando que**

- 9) No exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos tem vindo a desenvolver ações que têm por objetivo promover a realização de obras de conservação emergentes em habitações localizadas na freguesia, quando os seus arrendatários ou proprietários demonstram a sua incapacidade económica para concretizar essa reabilitação por meios próprios;

- 10) Reconhecendo a relevância social desta iniciativa, o Município do Porto pretende continuar a associar-se à União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, apoiando a concretização do programa “**Casa Reparada, Vida Melhorada**”:
- a) Através da doação, por parte da Domus Social, E.M., de materiais de construção para a realização destas obras, até ao montante máximo de € 20.000,00 (vinte mil euros);
  - b) Através da isenção, por parte da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., do preço devido pela prestação do serviço de remoção dos resíduos de construção e demolição ou inertes decorrentes das obras realizadas ao abrigo deste programa, até ao montante máximo de € 5.000 (cinco mil euros).

**Considerando ainda que**

- 11) A intervenção da Domus Social, E.M., neste programa, já se encontra prevista no Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Mandato 2019-2021, celebrado entre esta empresa e o Município do Porto;
- 12) A intervenção da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., neste programa, enquadra-se no Contrato de Gestão Delegada e nos correspondentes contratos-programa celebrados entre esta empresa e o Município.

**Entre:**

O **Município do Porto**, pessoa coletiva n.º 501 306 099, representada pelo vereador com o Pelouro da Habitação e Coesão Social, Fernando Paulo Ribeiro de Sousa, adiante designada como primeiro outorgante;

A **CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.**, pessoa coletiva n.º 505 037 700, representada por Fernando Francisco Barbosa Pinto, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por segundo outorgante;

A **EMAP - Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.**, pessoa coletiva n.º 514 280 956, aqui representada por Artur Jorge Basto e por Luís Bragança de Assunção, na qualidade de Administradores, adiante designada por terceiro outorgante,

**E a**

A **União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos**, pessoa coletiva n.º 510 837 590, representada por Carla Sofia da Silva Soares Maia, na qualidade de Presidente da Junta, adiante designada por quarto outorgante,

É estabelecido o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**(Objeto)**

O presente contrato visa estabelecer as regras pelas quais o primeiro, o segundo e o terceiro outorgantes prestam apoio material à execução, por parte do quarto outorgante, de um programa de intervenção emergente que visa a melhoria das condições habitacionais de pessoas residentes na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, designado por **“CASA REPARADA, VIDA MELHORADA”**.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Medidas de Apoio)**

- 1) No âmbito deste contrato, o primeiro, o segundo e o terceiro outorgantes apoiarão as intervenções realizadas pelo quarto outorgante em habitações da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, visando a resolução de questões que permitam melhorar as condições de segurança, salubridade e conforto dos residentes, através:
  - a) da doação, por parte do segundo outorgante, de materiais de construção para a realização das obras necessárias, até ao montante máximo de € 20.000,00 (vinte mil euros);
  - b) da isenção, por parte do terceiro outorgante, do preço devido pela prestação do serviço de remoção dos resíduos de construção e demolição ou inertes decorrentes das obras realizadas ao abrigo deste programa, até ao montante máximo de € 5.000 (cinco mil euros).
- 2) Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1, os materiais que poderão ser disponibilizados serão do tipo dos que o segundo outorgante utiliza habitualmente na manutenção dos edifícios de habitação social a seu cargo.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Intervenções Elegíveis)**

A averiguação da elegibilidade das intervenções para efeito da aplicação das medidas de apoio constantes do presente Contrato, é da responsabilidade do quarto outorgante, sendo que elas podem ocorrer em casas arrendadas ou de propriedade dos próprios, desde que verificada a incapacidade económica dos arrendatários e/ou proprietários para proceder à intervenção necessária por meios próprios.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Operacionalização)**

1. Sempre que identificada, no âmbito do referido programa **“CASA REPARADA, VIDA MELHORADA”**, uma situação que justifique intervenção e, em sequência, apoio dos primeiro, segundo e terceiro outorgantes, deve o pedido ser formalizado pelo quarto outorgante, devendo para o efeito apresentar os respetivos pedidos junto dos segundo e terceiro outorgantes.
2. O segundo outorgante fornecerá os materiais solicitados, na medida em que estejam disponíveis, indicando o seu custo, para efeitos de aferição do limite previsto na alínea a) do n.º 1 da cláusula 2.<sup>a</sup>.



3. O terceiro outorgante prestará os serviços de remoção dos resíduos de construção e demolição ou inertes decorrentes das obras realizadas, indicando igualmente o seu custo, para efeitos de aferição do limite previsto na alínea b) do n.º 1 da cláusula 2.<sup>a</sup>.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Relatórios de avaliação)**

O quarto outorgante apresentará ao segundo outorgante um relatório trimestral das intervenções efetuadas ao abrigo do Programa, que permita avaliar, designadamente, o seu impacto na qualidade de vida de cada agregado familiar abrangido.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Prazo de vigência)**

O presente contrato é válido por um ano a contar da data de assinatura do mesmo, sem prejuízo da possibilidade de renovação por decisão expressa e conjunta dos primeiro, segundo e terceiro outorgantes.

Porto, ... de ... do.....

Primeiro Outorgante

\_\_\_\_\_

Segundo Outorgante

\_\_\_\_\_

Terceiro Outorgante

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quarto Outorgante

\_\_\_\_\_